



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

LUCAS LOPES MENEZES

A COISA JULGADA E A QUESTÃO PREJUDICIAL NO NOVO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ANÁLISE DO ART. 503, §§ 1º E 2º, DA LEI N. 13.105/2015.

Salvador
2016

LUCAS LOPES MENEZES

**A COISA JULGADA E A QUESTÃO PREJUDICIAL NO NOVO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

ANÁLISE DO ART. 503, §§ 1 E 2, DA LEI N. 13.105/2015.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFBA como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Público.

Orientador: Dr. Fredie Didier Jr.

Salvador
2016

ABREVIATURAS

AgRg no AREsp – Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial.

Art. – Artigo.

ASSP – Associação dos Advogados de São Paulo.

cf. – conferir

coord. – coordenadores.

CPC-1939 – Código de Processo Civil de 1939.

CPC-1973 – Código de Processo Civil de 1973.

DJe – Diário de Justiça eletrônico.

ed. – edição.

EDcl no REsp – Embargos de Declaração no Recurso Especial.

EJEA – Ediciones Jurídicas Europa-América.

FPPC – Fórum Permanente de Processualistas Civis.

n. – número

NCPC – Novo Código de Processo Civil.

OAB-PR – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná.

REsp – Recurso Especial.

s/a. – sem indicação do ano de publicação.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

t. – tomo.

vol. – volume.

LUCAS LOPES MENEZES

**A COISA JULGADA E A QUESTÃO PREJUDICIAL NO NOVO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

ANÁLISE DO ART. 503, §§ 1º E 2º, DA LEI N. 13.105/2015.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Nome: Fredie Didier Jr.

Titulação e instituição: Pós-doutor (Lisboa) e Livre Docente - USP

Nome: Wilson Alves de Souza

Titulação e instituição: Pós-doutor (Coimbra) e Doutor – UMSA/UFBA

Nome: Pedro Henrique Nogueira

Titulação e instituição: Mestre – UFAL e Doutor - UFBA

Salvador/BA, ____/____/ 2016

RESUMO

O presente trabalho analisa a inovação realizada pelo Código de Processo Civil brasileiro de 2015 em relação à coisa julgada. Cuida especificamente dos limites objetivos da coisa julgada, buscando analisar as questões relativas ao art. 503, §§ 1º e 2º, do novo diploma processual cível. Ao longo do trabalho são analisados os conceitos de cognição judicial, questão, questão prejudicial, decisão, coisa julgada, dentre outros. Após a definição de algumas noções fundamentais, analisamos os posicionamentos doutrinários já existentes sobre a matéria, buscando interpretar o art. 503, §§ 1º e 2º, do Novo Código de Processo Civil.

PALAVRAS-CHAVE:

COISA JULGADA. QUESTÃO PREJUDICIAL. *ISSUE PRECLUSION*. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO DE 2015.

ABSTRACT

This scientific work analyzes the innovation carried out by the New Code Civil Procedure in relation to *res judicata*. Always focused the objective limits of *res judicata*, trying to analyze issues related to article 503, §§ 1º and 2º of the new civil procedural law. Throughout the paper analyzes the concepts of judicial cognition, issue, preliminary issue, decision, *res judicata*, among others, are analyzed. After defining some basic concepts, we analyze the doctrinal positions existing in this field, seeking to interpret the article 503, §§ 1º and 2º of the new Civil Procedure Code.

KEY WORDS

RES IUDICATA. PRELIMINARY ISSUE. ISSUE PRECLUSION. BRAZILIAN CODE OF CIVIL PROCEDURE 2015.

Ao chapéu e ao gibão de couro do meu avô Zezinho (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar.” (Chico Xavier)

Nasci na cidade do Salvador e aqui comecei a me criar. Mas criado mesmo eu fui no Sertão, na cidade de Araci, interior do Estado da Bahia. Quem me conhece sabe; não nego de onde eu venho nem quem eu sou.

Dizem alguns que sou delicado como um casco de um cavalo; que sou “bruto, rústico e sistemático”. Posso até ser tudo isso, mas não sou mal educado, muito menos ingrato. Muita gente labutou junto comigo para que eu desse cabo deste trabalho. Tenho o dever, portanto, de agradecer a todos, mas peço, desde já, desculpas se eu deixar de mencionar alguém; o esquecimento é problema de memória mesmo; não é falta de educação tampouco de gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e a todos os espíritos de luz que me acompanham, pelo conforto proporcionado, especialmente nos momentos de angústia em que o desespero imotivado toma conta das nossas emoções.

Agradeço aos meus pais e à minha avó Dinorá, base da minha vida e fonte dos valores. Aos meus avós Zezinho, Léo e Duca, pela força e paz espiritual que me transmitem, em todos os momentos da minha vida.

Agradeço à menina mais linda do mundo, a pequena Catarina (Cacá), apenas por sorrir.

Agradeço também a todas as pessoas que se importam com a minha presença, por compreenderem a minha ausência durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos amigos do Menezes, Garcia, Montenegro, Nova & Figueiredo e do Procon/BA, pelo necessário apoio na execução das minhas atividades hodiernas.

Agradeço aos amigos do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, em especial aos integrantes do grupo de Sentença, Coisa Julgada e Rescisória; as discussões de que participei (na verdade, as aulas recebidas) durante as últimas edições do evento foram imprescindíveis para o amadurecimento das ideias apresentadas neste trabalho.

Agradeço aos amigos Zulmar Duarte de Oliveira Jr, pelo livro de Menestrina; Thiago Ferreira Siqueira, pelos livros de João de Castro Mendes, de Mariana França

Gouveia, de Andres de La Oliva Santos e de Isabel Tapia Fernandez; e David Cohen Filho, pela ajuda com os textos em italiano.

Agradeço aos funcionários da biblioteca da Faculdade Baiana de Direito, em especial a Gladys Cazumbá, Itamar Figueirôa, Marcos Nunes e Pamela Oliveira, por atenderem sempre com sorriso no rosto as diversas (e não raro repetidas) solicitações de buscas bibliográficas.

Agradeço também aos funcionários do PPGD-UFBA, especialmente a Luíza e a Jovino (*in memoriam*), pela paciência e o cuidado que sempre tiveram não só comigo, mas com todos os alunos da pós-graduação.

Agradeço aos professores Rodolfo Pamplona Filho, Nelson Cerqueira, Dirley da Cunha Jr, Wilson Alves de Souza, Paulo Bezerra e Saulo Casali, pelos conhecimentos transmitidos durante o curso; essenciais para a elaboração do presente trabalho.

Ao meu orientador, Fredie Didier Jr, pelos ensinamentos recebidos desde a graduação e pela efetiva orientação na elaboração deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Finalmente, gostaria de fazer um agradecimento especial à minha ex-colega de escola, hoje a minha melhor amiga, esposa e fiel companheira, Priscila. Deve haver alguma razão para que algumas pessoas apareçam em nossas vidas. Ninguém cruza o nosso caminho por acaso. Eu não sei exatamente qual a razão, mas também pouco importa. O que importa é que você cruzou o meu caminho; sem você eu jamais conseguiria alcançar os meus objetivos e pouca coisa nessa vida teria algum sentido para mim. Muito obrigado por tudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	16
1. CONCEITO DE COGNIÇÃO JUDICIAL.....	16
2. CONCEITO DE QUESTÃO.....	17
3. CLASSIFICAÇÃO DAS QUESTÕES.....	18
3.1. Questão de fato e questão de direito.....	18
3.2. Questões prévias: questão preliminar e questão prejudicial.....	22
3.3. Questão de admissibilidade e questão de mérito.....	24
4. RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES: RESOLUÇÃO <i>INCIDENTER TANTUME</i> RESOLUÇÃO <i>PRINCIPALITER</i>	27
5. ESPÉCIES DE COGNIÇÃO.....	28
6. OBJETO DO PROCESSO E OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO.....	31
7. DECISÃO JUDICIAL.....	36
7.1. Conceito de sentença (decisão judicial) e a classificação das decisões judiciais.....	36
7.2. Elementos da decisão judicial: relatório, fundamentação e dispositivo.....	36
7.2.1. Introdução.....	37
7.2.2. Relatório.....	37
7.2.3. Fundamentação.....	38
7.2.3.1. Conteúdo da fundamentação.....	38
7.2.3.2. Fundamentação e Coisa Julgada: sobre as normas individuais existentes na decisão judicial.....	39
7.2.4. Dispositivo.....	42
CAPÍTULO II – A COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	44
1. CONCEITO.....	44
2. COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	47
3. EFEITOS DA COISA JULGADA.....	50
4. PRESSUPOSTOS PARA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA.....	52
5. COISA JULGADA E DECISÃO DE CONTEÚDO PROCESSUAL.....	53
6. REGIMES DE FORMAÇÃO DA COISA JULGADA.....	57
7. LIMITES DA COISA JULGADA.....	59
7.1. Generalidades.....	59

7.2. Limites subjetivos da coisa julgada.....	59
7.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	62
7.4. Limites temporais da coisa julgada.....	65
8. INSTRUMENTOS DE CONTROLE DA COISA JULGADA.....	68

CAPITULO III – QUESTÃO PREJUDICIAL: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E FORMAS DE APRESENTAÇÃO..... 70

1. CONCEITO DE QUESTÃO PREJUDICIAL.....	70
1.1. Conceito lógico de questão prejudicial. Antecedência lógica e não cronológica.....	70
1.2. O aspecto jurídico da prejudicialidade.....	73
1.2.1. Atividade de subsunção e Autonomia.....	74
1.2.2. A tese de Clarisse Frechiani Lara Leite. A vinculação jurídica como critério distintivo.....	77
1.2.3. Da necessariedade como elemento do conceito jurídico da questão prejudicial. Do pensamento de José Carlos Barbosa Moreira.....	79
1.2.4. Afinal qual o sentido jurídico da prejudicialidade? Da posição adotada neste trabalho.....	81
1.2.5. Algumas considerações sobre o pensamento de Barbosa Moreira.....	84
2. CLASSIFICAÇÕES DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	86
3. FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA PREJUDICIALIDADE.....	88

CAPÍTULO IV – QUESTÃO PREJUDICIAL E COISA JULGADA..... 90

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	90
2. PREJUDICIALIDADE POSTA COMO QUESTÃO PRINCIPAL.....	91
3. PREJUDICIALIDADE POSTA COMO QUESTÃO INCIDENTAL.....	91
3.1. Um breve esclarecimento.....	91
3.2. Questão prejudicial e coisa julgada.....	92
4. A QUESTÃO PREJUDICIAL E A COISA JULGADA, NO DIREITO BRASILEIRO.....	98
4.1. A coisa julgada e a questão prejudicial no sistema do CPC-1939.....	98
4.2. A coisa julgada e a questão prejudicial no sistema do CPC-1973.....	101

CAPÍTULO V – A COISA JULGADA E AS QUESTÕES PREJUDICIAIS INCIDENTAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 105

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS. SOBRE AS CRÍTICAS AO REGIME DA COISA JULGADA DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	105
2. REGIMES JURÍDICOS DA COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	106
3. A COISA JULGADA ESPECIAL E A ISSUE PRECLUSION.....	109

3.1.	Considerações preliminares.	109
3.2.	Distinções e Semelhanças.	110
3.3.	Conclusão parcial.	115
4.	PRESSUPOSTOS PARA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA ESPECIAL.	116
4.1.	Considerações prévias.	116
4.2.	Existência de controvérsia sobre a relação jurídica prejudicial. O ponto prejudicial não fica acobertado pela coisa julgada especial.	116
4.3.	Necessariedade do julgamento da questão prejudicial.	123
4.4.	Existência de contraditório prévio e efetivo.	127
4.5.	Competência.	131
4.6.	Ausência de restrições probatórias ou cognitivas.	134
4.7.	Necessidade de remessa necessária.	138
5.	DA ESTABILIDADE DA DECISÃO QUE RECONHECE A EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DA COISA JULGADA ESPECIAL.	138
6.	DOS LIMITES (SUBJETIVOS E OBJETIVOS) DA COISA JULGADA ESPECIAL E SUA EFICÁCIA PRECLUSIVA.	140
7.	INSTRUMENTOS DE CONTROLE DA COISA JULGADA RELATIVA À QUESTÃO PREJUDICIAL.	142
8.	COISA JULGADA ESPECIAL E ARGUIÇÃO DE FALSIDADE DE DOCUMENTO.	142
9.	A COISA JULGADA ESPECIAL E A AÇÃO DECLATÓRIA INCIDENTAL.	145
10.	SUCUMBÊNCIA E INTERESSE RECURSAL.	150
11.	COISA JULGADA ESPECIAL E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.	151
12.	DIREITO TRANSITÓRIO.	154
	CONCLUSÕES.	155
	REFERÊNCIAS.	158